



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
12ª REGIÃO**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ACT 3627/2016**

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO** e o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, para promover a implantação e atualização do sistema PROAD - Processo Administrativo Virtual do TRT da 12ª Região, no âmbito do TRT da 9ª Região.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**, doravante denominado **TRT12ª**, estabelecido na rua Esteves Júnior nº 395, bairro Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88015-905, inscrito no CNPJ sob o nº 02.482.005/0001-23, neste ato representado por seu Desembargador do Trabalho-Presidente, Exmo. Senhor GRACIO RICARDO BARBOZA PETRONE portador da carteira de identidade nº 9.012.373.842, expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 491.787.170-00, e o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, doravante denominado **TRT9ª**, estabelecido na Alameda Carlos de Carvalho nº 528, Centro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80430-180, inscrito no CNPJ sob o nº 03.141.166/0001-16, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Desembargador do Trabalho-Presidente, Dr. ARNOR LIMA NETO, portador da carteira de identidade nº 32908616, expedida pela SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 465.330.958-20, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O presente Acordo tem por objeto a conjunção de esforços para promover a implantação e evolução do Sistema PROAD – Processo Administrativo Virtual, concebido pelo **TRT12ª** no âmbito do **TRT9ª**, visando a execução de ações corretivas, adaptativas e perfectivas no sistema, tendo como base as responsabilidades descritas no presente acordo.

**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Acordo será gerenciado e fiscalizado pela Diretora-Geral do **TRT12ª** e pelo Diretor-Geral do **TRT9ª**.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
12ª REGIÃO**

**DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para fins de execução do objeto deste Acordo, os órgãos partícipes comprometem-se a:

- I. designar gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo;
- II. fornecer suporte técnico e logístico para a execução das atividades objeto do presente Acordo;
- III. viabilizar os deslocamentos de magistrados e de servidores necessários à realização das atividades objeto do presente Acordo;
- IV. fortalecer a utilização, garantir o padrão de funcionamento e consolidar o Sistema como uma boa prática passível de ser adotada nacionalmente;
- V. colaborar entre si visando a uniformização das versões do sistema;
- VI. compartilhar o conhecimento e boas práticas de utilização do sistema;
- VII. compartilhar, consensualmente, investimentos e recursos necessários à evolução do sistema.

**CLÁUSULA QUARTA** – Para fins de execução do objeto deste Acordo, o **TRT12ª** compromete-se a:

- I. repassar o sistema PROAD com todas as informações necessárias para sua implantação;
- II. garantir a completa sincronia de toda a infraestrutura, bem como os objetos de banco de dados e outros componentes necessários para o perfeito funcionamento das versões da solução;
- III. manter e gerenciar a infraestrutura necessária para armazenamento dos códigos fontes e demais itens de configuração;
- IV. repassar outras alterações e evoluções pertinentes a arquitetura do projeto, bem como sua forma de execução, necessárias para o funcionamento de maneira padronizada em ambos os Tribunais;
- V. consolidar e distribuir novas versões decorrentes de melhorias e/ou correções de falhas do sistema.

**CLÁUSULA QUINTA** – Para fins de execução do objeto deste Acordo, o **TRT9ª** compromete-se a:

- I. viabilizar infraestrutura necessária à realização das atividades objeto do presente Acordo;
- II. arcar com as despesas decorrentes dos deslocamentos de seus magistrados e de seus servidores e do TRT12ª, necessários à realização das atividades objeto do presente Acordo;
- III. garantir a implantação de eventuais atualizações para o funcionamento do Sistema de maneira padronizada ao TRT12ª;
- IV. colaborar quanto ao bom funcionamento do sistema, propondo ao TRT12ª correções de sistema e melhorias em suas funcionalidades;
- V. utilizar as diretrizes de segurança da informação;
- VI. não gerar e não implantar em produção versões regionalizadas;
- VII. garantir o atendimento de 1º e 2º nível para seus usuários;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
12ª REGIÃO  
DA GOVERNANÇA DO SISTEMA**

**CLÁUSULA SEXTA** – Toda e qualquer melhoria no sistema deverá obedecer às seguintes premissas:

- I. ser definida em comum acordo entre os órgãos partícipes;
- II. garantir a manutenção e o bom funcionamento do núcleo comum do sistema;
- III. possibilitar autonomia administrativa dos órgãos partícipes;

**CLÁUSULA SÉTIMA** – As melhorias do sistema serão geridas pelas seguintes estruturas de governança:

**I. Comitê Gestor do PROAD**

- Descrição: grupo responsável pela gestão do sistema.
- Composição: Diretores Gerais e de TI dos Tribunais partícipes
- Atribuições:
  - Estabelecer as diretrizes e prioridades estratégicas do projeto;
  - Fazer a gestão de mudanças do projeto (definição do roadmap);
  - Definir os membros do Grupo de Negócios;
  - Garantir que o sistema seja único e adaptável a realidade de cada Tribunal;
  - Garantir, sempre que possível, o apoio à implantação do sistema e de novas versões nos Tribunais.
  - Zelar pelo o bom funcionamento do sistema em todos os Tribunais;
  - Sugerir alocação de recursos e buscar apoio nas administrações dos Tribunais.

**II. Grupo de Negócio do PROAD**

- Descrição: grupo composto por servidores das áreas de negócio para auxílio na priorização de melhorias.
- Composição: um representante de cada Tribunal partícipe.
- Atribuições:
  - Aprovar e priorizar propostas de melhorias vindas dos comitês locais;
  - Criar grupos técnicos;
  - Homologar as versões do sistema, ou constituir grupo técnico para este fim.

**III. Grupo Técnico**

- Descrição: grupo técnico criado sob demanda pelo Grupo de Negócio, para execução de atividades técnicas relacionadas ao desenvolvimento e implantação de melhorias do sistema.
- Composição: servidores da área de TI e de negócio dos órgãos partícipes.
- Atribuições:
  - Detalhamento e documentação de requisitos;
  - Suporte à implantação;
  - Treinamento;
  - Coordenação de trabalhos com fábrica de software;
  - Fiscalização de contrato;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
12ª REGIÃO**

- Desenvolvimento de melhorias;
- Correções de erros;
- Garantir a qualidade dos artefatos gerados;
- Testes técnicos.

**IV. Grupo de Arquitetura**

- Descrição: grupo de técnicos de TI especialistas em arquitetura de sistemas.
- Composição: um arquiteto de sistema de cada órgão partícipe
- Atribuições:
  - Definições técnicas do projeto;
  - Arquitetura do sistema;
  - Processo de desenvolvimento;
  - Requisitos de infraestrutura;
  - Ferramentas utilizadas;
  - Apoiar os órgãos partícipes no atendimento de 3º nível;
  - Revisão e integração de código.

**V. Comitê Gestor Local do PROAD**

- Descrição: grupo responsável pela gestão do sistema no órgão.
- Composição: definido por cada órgão partícipe
- Atribuições:
  - Definir estratégias de implantação local;
  - Administrar e dar suporte local ao sistema;
  - Realizar o 2º nível de atendimento às demandas locais.

**VI. Coordenação do Projeto:**

- Descrição: responsável pela coordenação geral do sistema.
- Composição: Secretaria de Informática do TRT 12ª Região;
- Atribuições:
  - Manter organização da documentação do sistema
  - Manter a guarda e o controle de acesso aos códigos fontes;
  - Manter e gerir as ferramentas dos chamados;
  - Manter e gerir as ferramentas de desenvolvimento;
  - Garantir a integridade do núcleo do sistema;
  - Coordenar as atividades técnicas de integração das solicitações de “merge request”.

**DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA OITAVA** – Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo consentimento entre os celebrantes, mediante Termo Aditivo, visando a aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

**DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL**

**CLÁUSULA NONA** – É facultado às partes promover o distrato do presente Acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou unilateralmente por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
12ª REGIÃO**

execução no período anterior à notificação.

**DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – A publicação do extrato do presente instrumento, no Diário Oficial da União, fica a cargo do **TRT12ª**.

**DA EFICÁCIA E VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Este Acordo terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de (60) sessenta meses.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – É competente o foro de Florianópolis para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Termo.

Assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor.

Florianópolis, **ORIGINAL ASSINADO EM 4-5-2016 E ARQUIVADO NO SECON**

**Gracio Ricardo Barboza Petrone**  
**Desembargador do Trabalho-Presidente**  
**TRT12ª**

**Arnor Lima Neto**  
**Desembargador do Trabalho-Presidente**  
**TRT9ª**